



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000279222

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1073931-44.2022.8.26.0100, da Comarca de São Paulo, em que é apelante HDI SEGUROS DO BRASIL S.A, é apelado ENERGISA SUL-SUDESTE DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 36ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores LIDIA CONCEIÇÃO (Presidente sem voto), MILTON CARVALHO E ARANTES THEODORO.

São Paulo, 24 de março de 2025.

WALTER EXNER

Relator(a)

Assinatura Eletrônica

Apelação nº 1073931-44.2022.8.26.0100.

Apelante: Somp Consumer Seguradora S.A.

Apelada: Energisa Sul-Sudeste Distribuidora de Energia S.A.

Ação: Regressiva.

Comarca: São Paulo – Foro Central – 43ª Vara Cível.

Juiz prolator: Fábio Pando de Matos.

Voto nº 41.308

Apelação. Ação regressiva. Fornecimento de energia elétrica. Seguradora que pede reembolso da indenização paga a segurado pelo prejuízo em equipamentos danificados por oscilação de descarga elétrica. Inexistência de verossimilhança. Ausência de nexo de causalidade. Responsabilidade da concessionária afastada. Entendimento pacificado na Câmara. Recurso improvido.

Vistos.

Trata-se de ação regressiva ajuizada por Somp Consumer Seguradora S.A. em face de Energisa Sul-Sudeste Distribuidora de Energia S.A., que a r. sentença de fls. 172/176 c.c. 186, de relatório adotado, julgou improcedente.

Inconformada, apela a autora alegando, em síntese, que o laudo técnico acostado aos autos foi produzido por empresa ilibada e de vasto conhecimento técnico, tendo sido comprovada a falha na

prestação de serviço pela apelada, que não estava devidamente equipada e preparada para controlar distúrbios decorrentes de descargas elétricas. Afirma ser desnecessária a produção de prova pericial. Assevera que a empresa ré foi notificada administrativamente acerca do sinistro. Ressalta, ainda, a responsabilidade objetiva da apelada, que possui o dever legal de zelar pela segurança de seus consumidores, devendo conservar e fiscalizar a rede de distribuição que administra a fim de evitar a ocorrência de picos de tensão de energia elétrica na rede. Sustenta a necessidade de inversão do ônus probatório e aplicação do CDC. Alega ser ônus da ré provar a não ocorrência de falha na prestação dos serviços por meio de diferentes relatórios, o que não foi realizado nos autos.

O recurso foi contrarrazoado e encaminhado a este Tribunal.

É o relatório.

A r. sentença não comporta reforma, **conforme posicionamento agora pacificado por esta Colenda Câmara.**

Na qualidade de seguradora, firmou a autora contrato de seguro com Rosalina Kimura, que cobria danos elétricos. Alega a inicial que alguns

equipamentos da segurada sofreram danos devido às variações na tensão elétrica, o que ensejou a indenização do sinistro pela autora que, agora, pleiteia o reembolso dos valores pagos.

Independentemente de se aplicar à lide o Código de Defesa do Consumidor, conforme inteligência do art. 349 do CC/02, resta inviável a inversão do ônus da prova, pois esta não decorre automaticamente da existência da relação de consumo entre as partes, sendo condicionada, segundo o inciso VIII do artigo 6º do CDC, à presença da verossimilhança das alegações e à hipossuficiência do consumidor segundo as regras ordinárias de experiência, que não se fazem presentes no caso concreto.

Ocorre que, ao contrário do que alega a parte autora, não restou comprovado o nexo de causalidade entre os danos alegados e as supostas falhas na prestação de serviço.

Isso porque não ficou suficientemente demonstrado pela autora, por meio dos documentos juntados (fls. 36/50), que os danos aos equipamentos da segurada foram causados por oscilação de descarga elétrica ou falha no serviço de fornecimento de energia elétrica local, valendo dizer que os mencionados documentos, além de produzidos unilateralmente, mostraram-se superficiais, não havendo

qualquer vistoria judicial ou administrativa realizada sob o crivo do contraditório para dar a eles a força de convencimento necessária à demonstração inequívoca do direito tutelado, restando inviabilizada a produção de prova pericial ante a ausência de notícias do equipamento.

Ademais, em que pese a alegação da seguradora autora de que teria formulado pedido administrativo para ressarcimento dos danos, observa-se que não foram preservados e disponibilizados os bens avariados para posterior análise da concessionária, impossibilitando a instauração de qualquer procedimento interno, notadamente a apresentação dos relatórios mencionados no item 6.2 do módulo 9 do PRODIST.

No ensejo, o art. 611, *caput* e seu §1º, da Resolução Normativa ANEEL n. 1000 de 2021 dispõem que “*na análise do pedido de ressarcimento, a distribuidora deve investigar a existência do nexo de causalidade, que é a caracterização do vínculo entre o evento causador e o dano reclamado*” bem como “*considerar na análise os registros de ocorrências na sua rede e observar o Módulo 9 do PRODIST*”.

Contudo, “o art. 609 da referida resolução - assim como os seguintes - ao se referir à “análise os registros de ocorrências na sua rede e

observar o Módulo 9 do PRODIST”, estipula procedimento administrativo, regulamento que não se estende aos processos judiciais, onde há regras processuais próprias de distribuição do ônus probatório. Assim, esta C. Câmara fixou entendimento no sentido de que cabe à seguradora oportunizar à concessionária a possibilidade de inspecionar os equipamentos danificados ou proceder a guarda dos equipamentos para viabilizar futura perícia técnica judicial”

(TJSP; Apelação Cível 1039785-43.2023.8.26.0002; Relator (a): Lidia Conceição; Órgão Julgador: 36ª Câmara de Direito Privado; FR II - Santo Amaro - 14ª Vara Cível; Data de Registro: 12/12/2023, com meus grifos)

Com efeito, a prévia solicitação extrajudicial desacompanhada dos bens sinistrados inviabiliza o procedimento de apuração de danos, descabendo determinar à ré que apresente os documentos indicados pela parte autora.

Nesse sentido:

“Apelação. Ação regressiva. Seguro residencial. Sentença de improcedência Oscilação na rede de distribuição de energia elétrica. Danos aos bens objetos de seguro. Laudo unilateral da seguradora. Prejudicada a perícia, porque não preservados os equipamentos. Eventuais relatórios do Módulo 9

PRODIST que somente poderiam ter valor probatório em processo judicial, se devidamente submetido ao contraditório, com a realização de vistoria do equipamento pela ré ou seu exame pericial, o que não ocorre na espécie. Impossibilidade de inversão do ônus da prova. Ausência de nexo causal. Sucumbência corretamente reconhecida. Honorários advocatícios fixados em valor razoável que não comporta redução. Sentença mantida. Recurso não provido.”
(TJSP; Apelação Cível 1002161-41.2023.8.26.0363; Relator (a): Ana Lucia Romanhole Martucci; Órgão Julgador: 33ª Câmara de Direito Privado; Foro de Mogi Mirim - 3ª Vara; Data do Julgamento: 29/05/2024; Data de Registro: 29/05/2024)

Ademais, cumpre observar que, embora se admita a responsabilidade objetiva da fornecedora de energia elétrica pela prestação defeituosa de seus serviços, não podendo alegar caso fortuito ou força maior decorrente de descarga elétrica, a qual se configura fato previsível, cabe ao consumidor, ainda que sub-rogado, demonstrar razoável liame causal entre o dano apontado e o fato que afirma ter ocorrido, não podendo se presumir que qualquer dano de natureza elétrica seja automaticamente de responsabilidade da concessionária.

Nessa esteira, vale anotar

precedentes desta C. Câmara:

“AÇÃO DE REGRESSIVA DE RESSARCIMENTO DE DANOS. Oscilação na rede de distribuição de energia elétrica. Danos aos bens segurados. Laudos unilaterais. Fatos controvertidos. Prejudicada a perícia. Impossibilidade de inversão do ônus da prova no caso. Ausência de nexo de causalidade. Responsabilidade civil não configurada. Entendimento pacificado na Câmara. Sentença de improcedência mantida. Recurso desprovido”. (Apelação Cível n. 1028048-66.2021.8.26.0114, Rel. Des: Milton Carvalho, 36ª Câmara de Direito Privado, j. 30/08/2022).

“Ação regressiva fundada em contrato de seguro residencial. Danos em aparelhos elétricos do segurado comprovados. Responsabilidade da concessionária de energia elétrica afastada, porque não demonstrado o nexo de causalidade. Causa da sobretensão não comprovada. Ação improcedente. Recurso provido.” (Apelação Cível n. 1000240-22.2021.8.26.0588, Rel. Des: Pedro Baccarat, 36ª Câmara de Direito Privado, j. 25/08/2022).

Assim, mantenho a r. sentença em todos os seus termos, majorados os honorários advocatícios para 16% do valor atualizado da causa, nos termos do art. 85, §11 do CPC.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Isto posto, pelo meu voto, **nego provimento ao recurso.**

WALTER EXNER
Relator